TRATAMENTO ADEQUADO DA LITIGÂNCIA ABUSIVA E PREDATÓRIA: UM DESAFIO PARA RESGUARDAR A LEGITIMIDADE DO JUDICIÁRIO E O ACESSO EFETIVO AO SISTEMA DE JUSTIÇA

Mônica Silveira Vieira (AMAGIS)

Resumo

A litigância abusiva e predatória consome grande volume de recursos públicos, prejudica a funcionalidade do Judiciário e o acesso legítimo ao sistema de justiça e contribui intensamente para a sobreutilização dos serviços judiciais, que ameaça a legitimidade do Judiciário como poder. Os desafios para seu enfrentamento são imensos, incluindo a ampliação excessiva da carga de trabalho e representações nas Corregedorias e no CNJ, com elevação dos já relevantes índices de adoecimento. A atuação da AMB em relação ao problema, em colaboração com tribunais e instituições como o CNJ, é essencial para resguardar os interesses dos associados, a legitimidade do Judiciário e o acesso efetivo à justiça.

Palavras-chave

Litigância abusiva; litigância predatória; acesso à justiça; legitimidade judiciária.

1. Introdução

Os sucessivos Relatórios Justiça em Números, publicados anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), têm evidenciado que, com a exceção do período da pandemia do covid-19, os grandes esforços do Poder Judiciário para aumentar a produtividade não têm sido suficientes para conter o crescente e exponencial aumento de processos em tramitação no Judiciário brasileiro.

O último desses relatórios publicado (CNJ, 2024) registrou que, em 2023, 35 milhões de processos novos ingressaram nos tribunais brasileiros, o que representou um aumento de 9,4% em relação ao ano anterior. Apesar de ter havido 6,9% de baixas processuais e 11,3% no número de julgamentos em relação a 2022

(com aumento acumulado de julgamentos de 40,3% nos últimos quatorze anos), os hercúleos esforços de magistrados e tribunais brasileiros, que não encontraram correspondente na ampliação dos recursos financeiros, materiais e humanos empregados na prestação jurisdicional, não foram capazes nem mesmo de igualar o número de processos ajuizados, a fim de evitar o aumento do estoque processual. Apenas para prestar a jurisdição e encerrar todos os processos pendentes, em se mantendo o ritmo atual de trabalho – sem o ingresso, claro, de novos feitos - seriam necessários, em tese, dois anos e cinco meses, segundo os cálculos do Conselho Nacional de Justiça.

Caso essa situação de sobreutilização das capacidades de prestação jurisdicional representasse, de fato, exercício legítimo de acesso ao Poder Judiciário e ampliação do acesso efetivo dos cidadãos à Justiça, possivelmente seria o caso de abordar o problema mediante ampliação das estruturas judiciárias e dos tribunais, com significativo aumento dos recursos destinados à prestação jurisdicional.

No entanto, não é o que se verifica. O maior relatório já produzido mundialmente acerca do acesso à justiça, o *Global Insights on Access to Justice*¹, identificou, em relação ao Brasil, que, nos dois anos anteriores à pesquisa realizada, 69% das pessoas ouvidas haviam enfrentado problemas jurídicos, dos quais 50% obtiveram alguma orientação jurídica, mas apenas 13% tiveram acesso a auxílio efetivo. Desse percentual, somente 1% conseguiu acessar o Poder Judiciário.

Essa realidade, conjugada com os dados tratados e publicados pelo Conselho Nacional de Justiça e por órgãos e entidades do sistema de justiça e particularmente do Poder Judiciário como os Centros de Inteligência (Resolução CNJ 349/2020), precisam levar a reflexões sobre a qualidade e legitimidade do acesso ao Judiciário que tem sido praticado. Qualificar o acesso ao sistema de justiça, garantir que seja legítimo, conforme à Constituição e às normas legais, é essencial para viabilizar a racionalização, e eficiência e a efetividade da prestação jurisdicional e para resguardar a efetivação do direito fundamental à razoável duração do processo.

2. Litigância abusiva e predatória

¹ Disponível em: <https://worldjusticeproject.org/sites/default/files/documents/WJP-A2J-2019.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

O art. 5º da Constituição Federal, em seu inciso XXXV, prevê que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Os tribunais superiores, especialmente o Supremo Tribunal Federal (STF), há muito vêm deixando claro que o direito de ação não é incondicionado. Pelo contrário, como ressaltou a Ministra Cármen Lucia, ao relatar o Tema 1184 da Repercussão Geral – em cuja *ratio decidendi* o STF reconheceu verdadeiro poder-dever do Judiciário de tratamento adequado de litigiosidade (Vieira, 2024) – o direito de ação é “muito condicionado”, em especial pelo interesse de agir, na perspectiva da necessidade.

No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.995/DF, o Relator, Ministro Luís Roberto Barroso, salientou que a “possibilidade de provocar a prestação jurisdicional precisa ser exercida (...) com equilíbrio, de modo a não inviabilizar a prestação da justiça com qualidade”. E destacou os efeitos profundamente negativos do exercício abusivo do direito de ação:

O exercício abusivo do direito de deflagrar a jurisdição, a litigiosidade excessiva, a utilização do Judiciário como instrumento para a obtenção de acordos indevidos ou, ainda, para a procrastinação do cumprimento de obrigações implica o uso ilegítimo do Judiciário e a sensação difusa de que a Justiça não funciona. O volume desproporcional de processos compromete a celeridade, a coerência e a qualidade da prestação jurisdicional e importa em ônus desmedidos para a sociedade, à qual incumbe arcar com o custeio da máquina judiciária.

O Ministro chamou a atenção para o fato de que, quando se consideram os custos de um processo judicial, não podem ser considerados apenas aqueles gerados diretamente para as partes, pois há também – e talvez ainda mais importantes - o que denomina “custos sociais decorrentes da litigância”, que abrangem “o custo da máquina Judiciária” e os diversos “problemas associados ao excesso de litigância”.

Fabio Tenenblat (2011, p. 34) chama a atenção para a necessidade de superar a tradicional concepção individualista do direito de acesso ao Judiciário, que tende a gerar banalização do ajuizamento de demandas, a provocar morosidade e a restringir o acesso ao sistema de justiça daqueles que realmente precisam e a ele fazem jus:

Não faz muito tempo, prevalecia no Brasil a concepção de ação judicial apenas como manifestação do individualismo, sendo o acesso ao Poder Judiciário restrito a pequena parcela da população. Com o advento da Constituição de 1988, tal cenário felizmente começou a ser superado. Hoje, todavia, a confusão entre os conceitos de acesso à justiça e acesso ao

Poder Judiciário está nos levando para o extremo oposto: a banalização da utilização da via judicial, com a judicialização de questões que deveriam ser solucionadas em outras esferas. O imenso número de processos decorrentes desta banalização torna-se uma das principais causas da lentidão na prestação jurisdicional.

Nesse contexto, não dá mais para se defender o direito de ação de forma ilimitada ou se considerar absoluto o princípio da inafastabilidade da jurisdição (Constituição de 1988, art. 5º, inc. XXXV) e, com isto, deixar-se de atentar para os efeitos deletérios que a ausência de restrições – sobretudo riscos – no acesso ao Poder Judiciário provoca. Assim, da mesma forma como a sociedade aprova medidas destinadas a evitar o desperdício em relação a recursos naturais (água, por exemplo), está na hora de se pensar em ações concretas visando ao uso racional dos serviços jurisdicionais. Desse modo, o eventual crescimento da demanda seria consequência da ampliação do acesso à justiça (entrada de novos usuários) e não da utilização intensiva e abusiva dos serviços do Judiciário pelos que já os utilizam.

O repensar dos institutos processuais, à luz de uma concepção do processo civil que o conecta à sua natureza pública e o afasta de uma concepção privatística inadequada aos seus fundamentos jurídicos e às suas finalidades (Arenhart, 2025), a atuação dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário e dos Núcleos de Monitoramento do Perfil de Demandas (NUMOPEDEs) no tratamento adequado da litigiosidade, a Recomendação CNJ 159/2024, o julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça do Tema Repetitivo 1198, entre diversos outros fatores, trouxeram à tona o fato de que a prática cada vez mais intensa de litigância abusiva e predatória está entre as principais razões da sobreutilização do Poder Judiciário brasileiro hoje constatada, e é uma das principais anomalias da litigiosidade a ser enfrentada.

Não há exatamente novidade nas expressões ilícitas ou irregulares (anômalas) de endereçamento da litigiosidade, como a individualização de demandas (não abusivas) que poderiam, com economia de recursos públicos, ser aglutinadas em apenas uma ação coletiva e o ajuizamento ações que, por meio de atuação no polo ativo ou passivo, revelam o abuso do direito de demandar em juízo. Por outro lado, dados colhidos por tribunais de todo o país, em especial por meio de seus Centros de Inteligência - muitos deles registrados em notas técnicas - demonstram, como já mencionado, que tem se mostrado cada vez mais intensa a prática da litigância abusiva e predatória.

O abuso de direito encontra-se regulado no ordenamento jurídico brasileiro pelo art. 187 do Código Civil (CCB): “Também comete ato ilícito o titular de

um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”.

O ordenamento jurídico brasileiro adotou a perspectiva objetiva do abuso de direito. Em virtude dessa “opção”, não é relevante, para a configuração do abuso de direito, a intenção do agente, o fato de ter agido com dolo ou culpa, imbuído ou não de boa-fé (em sentido subjetivo, claro). A fim de investigar a presença de abuso do direito de ação ou de defesa,

(...) avalia-se apenas a conformidade entre o exercício do direito e: a) as finalidades para cujo alcance esse direito foi previsto no ordenamento jurídico; b) a boa-fé (em sentido objetivo, o que implica um padrão de conduta caracterizado pela lealdade, probidade, transparência); c) os bons costumes (a ética ou eticidade predominante em dada sociedade, em determinado momento histórico-cultural). (Vieira, 2024)

Também não há necessidade de demonstração de prejuízo para que se configure o abuso de direito. Basta a constatação da conduta desviada (praticada com desvio de finalidade), isto é, do exercício do direito subjetivo com manifesto excesso em relação às finalidades sociais, econômicas e mesmo propriamente jurídicas para as quais foi concebido e em virtude das quais se encontra resguardado pelo ordenamento jurídico.

Há exercício legítimo do direito de ação “quando este for exercido a fim de evitar ou afastar efetiva lesão ou ameaça a direito, e desde que preenchidos os pressupostos processuais e as condições da ação”. Por outro lado, configura-se litigância abusiva quando houver

(...) ajuizamento de ação ou a formulação de defesa com finalidades diferentes dessas, como as de multiplicação indevida de indenizações, fabricação artificial de litígios (dedução de pretensões sem base na realidade dos fatos), uso lotérico do sistema de justiça (mediante, por exemplo, ajuizamento de ações com causas de pedir e pedidos genéricos e sequencialmente hipotéticos, na tentativa de encontrar oportunidades nas quais que a parte contrária não consiga se defender, ou de localizar juízos com posicionamentos favoráveis), fracionamento de pretensões, propositura de demandas apenas para levar à obtenção de honorários sucumbenciais, representam desvio da finalidade para a qual foi concebido o direito de ação, violam o padrão de comportamento imposto pela boa-fé objetiva e a eticidade exigível em todas as relações jurídicas (...). (Vieira, 2024).

A litigância predatória, por sua vez, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Recomendação CNJ 159/2024, consiste na prática repetitiva, massiva da litigância abusiva, de modo a provocar efeitos negativos ainda mais profundos sobre

o Poder Judiciário e o sistema de justiça como um todo, sobrecarregando-o e prejudicando sua capacidade de resposta e de prestar a jurisdição a quem exerce legitimamente o direito de ação.

2.1 Modalidades principais

Embora o abuso no acesso ao Poder Judiciário não seja fenômeno recente, nem exclusivo da realidade brasileira, seu tratamento doutrinário ainda é relativamente incipiente. Há, por isso, necessidade de aprofundamento de conceitos e aperfeiçoamento de classificações e categorizações. Não se identificam ainda consensos bem estabelecidos em relação à definição das modalidades principais de práticas abusivas. Sugere-se aqui elenco de modalidades que se acredita ser capaz de abarcar todas as manifestações de exercício abusivo de acesso ao Judiciário, nos polos ativo e passivo da relação processual, e que têm sido identificados na realidade da prestação jurisdicional:

- a. criação artificial de litigiosidade: consiste no ajuizamento de demandas judiciais sem suporte na realidade nos fatos, ou seja, sem que exista realmente uma lesão ou ameaça a direito que justifique o acesso ao Poder Judiciário (Vieira, 2021, p. 22).
- b. condutas predatórias que envolvem fraude: essa modalidade de litigância predatória, possivelmente a mais facilmente admitida como abusiva pelas instituições e agentes que atuam no sistema de justiça, abrange casos como os de falsificação de instrumentos de mandato, de comprovantes de endereço, uso de instrumentos de mandato para ajuizar demandas (muitas vezes em grande número) diversas daquelas para as quais foram outorgados, manipulação de conteúdo de documentos como comprovantes de inscrição em cadastro de inadimplente.
- c. fracionamento desnecessário de pretensões: pratica-se por meio do ajuizamento de mais de uma demanda judicial, muitas vezes em grande número, para discutir diversos aspectos, elementos ou projeções de uma mesma relação jurídica contratual ou extracontratual (Theodoro Júnior, Andrade, Faria, 2023). O fracionamento pode ser simultâneo (se as ações judiciais são ajuizadas na mesma data ou em datas muito próximas) ou

sucessivo (se os ajuizamentos ocorrem em momentos distantes no tempo).

iv. litigância procrastinatória: exercida, em regra, por meio de estratégias de defesa (e, por isso, pode ser identificada também em petições iniciais de ações como embargos de devedor e embargos de terceiro), é a modalidade de abuso do direito de ação que se revela por meio do uso desviado do sistema de justiça para evitar ou, no mínimo, atrasar o cumprimento de obrigações ou deveres jurídicos.

v. assédio processual : modalidade de abuso do direito de ação que se configura mediante o ajuizamento de ações com a finalidade principal de impedir o regular exercício de direito pela parte contrária ou para lhe causar perturbações ou prejuízos (Ferraz, Vieira, 2025), neste caso muitas vezes a fim de tentar conduzi-la a adotar determinadas atitudes ou posições jurídicas que correspondam aos interesses do litigante.

3. Prejuízos para o sistema de justiça

A análise da litigância abusiva e predatória não seria minimamente adequada sem uma avaliação dos principais prejuízos que causam ao sistema de justiça, em especial ao Poder Judiciário, à sua capacidade de prestação de serviços judiciários com eficiência e eficácia – e, conseqüentemente, à sua legitimidade – e aos cidadãos.

Possivelmente o efeito mais evidente das práticas abusivas e predatórias é o consumo de enorme quantidade dos (limitados) recursos disponibilizados para a prestação jurisdicional. Como evidenciado na Nota Técnica nº 1/2022 do CIJMG referida inclusive nos considerandos da Recomendação CNJ 159/2024, trata-se de prejuízos da ordem de vários bilhões anuais para o Poder Judiciário Nacional². Como os recursos destinados à prestação jurisdicional são custeados pelos impostos, o prejuízo ao erário e aos cidadãos em geral é evidente.

² Os critérios de avaliação de prejuízos evidenciados na mencionada nota técnica permitiram estimativas como as apontadas nos seguintes artigos: <https://www.conjur.com.br/2023-out-31/opiniao-litigancia-predatoria-consome-25-bilhoes/>; <https://www.conjur.com.br/2023-out-09/sp-litigancia-predatoria-responsavel-337-mil-processos-ano/>; <https://www.migalhas.com.br/quentes/395106/tj-sp-estima-prejuizo-de-r-2-7-bi-ao-ano-por-litigancia-predatoria> . Acesso em: 29 abr. 2025.

Há também ampliação significativa do tempo médio de prestação jurisdicional. O ingresso no Poder Judiciário, todos os anos, de ações que representam exercício abusivo do direito de ação, assim como o exercício abusivo do direito de defesa (litigância procrastinatória), prejudica enormemente a celeridade da atuação judiciária, chegando a inviabilizar a eficiência judiciária e a efetivação do direito fundamental à razoável duração do processo.

A capacidade de prestação de serviços pelo Poder Judiciário é limitada pelos recursos – em especial financeiros, materiais e notadamente humanos – colocados à disposição da prestação jurisdicional. Assim, a apropriação de parte relevante dessa capacidade de prestação jurisdicional por um número proporcionalmente pequeno de pessoas, mas cuja atuação consome grande partes desses recursos, compromete intensamente as condições de possibilidade de atuação judiciária eficiente e efetiva.

Por não ser o Judiciário poder que retira sua legitimidade do voto popular, mas do reconhecimento de sua capacidade de efetivamente desempenhar as funções de que foi constitucionalmente investido, especialmente de contribuir para a pacificação social e de resolver os litígios trazidos à sua apreciação em prazo razoável, a disfuncionalidade que lhe advém da litigância abusiva e especialmente da predatória coloca em risco a sua legitimação social. Esse é um risco não apenas para o Poder Judiciário e seus membros, mas para o Estado Democrático de Direito, em razão do sistema de freios e contrapesos constitucionalmente instituído e por ser o Judiciário o único poder que exerce função contramajoritária. É no Judiciário que os grupos que não conseguem eleger representantes (ou número de representantes suficiente para fazer valer seus interesses) nos poderes Executivo e Legislativo podem buscar o resguardo de seus direitos subjetivos, especialmente dos direitos de caráter fundamental.

A gravidade do problema não tem passado despercebida à Corregedoria Nacional de Justiça e às Corregedorias-Gerais locais dos tribunais. Desde o ano de 2023, a Corregedoria Nacional, com a colaboração das Corregedorias locais, tem estabelecido, entre as diretrizes anualmente definidas para atuação, o enfrentamento da litigância abusiva e predatória. Em 2025, a previsão se sofisticou, e passou a incluir colaboração com os Centros de Inteligência, com o seguinte conteúdo:

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6/2025 – Estimular, implementar e acompanhar ações de desjudicialização e resolução consensual de conflitos, incluindo gestão da litigância previdenciária e fiscal, demandas repetitivas e litigância abusiva, com apoio de Centros de Inteligência e novas tecnologias.

4. Desafios para o Judiciário e a Magistrados

A situação de sobreutilização do Poder Judiciário, considerada de forma geral, e, em particular, os dados reveladores do crescente volume de práticas abusivas e predatórias que sobrecarregam os serviços judiciários e colocam em risco o próprio acesso a esses serviços e a funcionalidade da atuação de tribunais e magistrados são, por si sós, um grande desafio a ser enfrentado no cotidiano da prestação jurisdicional.

O índice de adoecimento de magistrados e servidores do Judiciário tem crescido sem cessar³, e as políticas judiciárias de abordagem do problema, como a prevista na Resolução CNJ 207/2015, embora relevantes, não têm se mostrado suficientes para reverter a situação.

O problema se agrava com o grande número de representações que magistrados sofrem diuturnamente em razão dos esforços que empreendem para tentar restabelecer a legitimidade no exercício do direito de ação e de defesa. Trata-se de representações apresentadas por profissionais e interessados, tanto nas Corregedorias locais quanto no Conselho Nacional de Justiça, como ilustram os procedimentos mencionados nos considerandos da Recomendação CNJ 159/2024. Embora a maioria desses procedimentos venha a ser arquivado e muitos deles tenham dado origem a medidas de reconhecimento do poder-dever de atuação de tribunais e magistrados em relação ao tratamento adequado da litigância abusiva e predatória – a Recomendação mencionada é um ótimo exemplo – a pressão exercida contra os juízes, especialmente, gera efeitos nocivos duradouros, que se somam a tantas outras dificuldades enfrentadas no cotidiano da prestação jurisdicional, de modo a piorar a qualidade de vida no trabalho.

Conquanto se verifique, paulatinamente, que instituições como o Ministério Público e a Advocacia Geral da União⁴ comecem a despertar para o

³ <https://www.cnj.jus.br/cnj-aprimora-coleta-de-dados-sobre-saude-mental-no-judiciario/>. Acesso em: 17 set. 2025.

⁴

<https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/ministro-da-agu-propoe-pacto-contralitigancia-predatoria-e-inseguranca-juridica>. Acesso em: 17 set. 2025.

problema e a celebrar termos de acordo e a tomar outras providências tendentes a contribuir para o enfrentamento adequado da litigância abusiva e predatória, muito há ainda a ser feito, inclusive em relação a outras instituições que atuam no sistema de justiça e ao despertar da sociedade, dos cidadãos em geral, para a necessidade de tratamento do problema e da reversão de seus efeitos profundamente negativos.

5. A relevância da atuação da Associação dos Magistrados Brasileiros em relação ao tratamento adequado da litigância abusiva e predatória

O Estatuto da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) prevê, no art. 2º, que a entidade tem, entre suas finalidades, as de “defender a valorização e independência do magistrado, assegurando a efetividade de suas garantias e prerrogativas”, “estimular o debate e a busca de soluções para os problemas da magistratura e para as questões sociais e da cidadania” e “propor medidas que assegurem o amplo acesso à Justiça e a efetividade da jurisdição”.

Essas finalidades têm relação direta com a abordagem e tratamento adequado da litigância abusiva e predatória, que, como demonstrado, representam abuso do exercício de acesso ao Judiciário – em posição ativa ou passiva da relação processual- e colocam em sério risco o acesso legítimo aos serviços jurisdicionais. Além disso, são notórios os graves problemas que magistrados brasileiros vêm sofrendo simplesmente por empreenderem esforços no exercício do poder-dever de tratamento adequado da litigiosidade, especialmente no enfrentamento da litigância abusiva e predatória. Não se pode perder de vista que a defesa da legitimação social do Judiciário contribui diretamente para resguardar a legitimidade da atuação dos magistrados e as condições de possibilidade de lutar por suas prerrogativas.

A AMB tem já empenhado esforços em relação à matéria, seja dispensando o apoio de que seus associados eventualmente precisam, em situações diversas, como ao providenciar sua defesa quando são alvo de representações, seja por meio de participação em eventos formativos, em comitês (como o instituído pela Portaria CNJ 55/2025), seja inclusive mediante participação na audiência pública realizada para instruir o julgamento do Tema Repetitivo 1198⁵.

5

<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/04102023-Entidades-temem-q>

A proposta aqui apresentada é de que a entidade aprofunde esses esforços, em colaboração com tribunais e magistrados, em especial com os Centros de Inteligência do Poder Judiciário, e em interlocução com o Conselho Nacional de Justiça e com outras instituições e atores do sistema de justiça. Essa atuação deve se dar com a finalidade de contribuir para a redução da sobreutilização dos serviços judiciários, e para o resguardo da legitimidade do Poder Judiciário e da atuação dos magistrados, com a sua conseqüente valorização, e para a promoção do acesso legítimo ao sistema de justiça.

6. Conclusão/proposição

O tratamento adequado da litigância abusiva e predatória é essencial para resguardar a funcionalidade e a eficiência dos serviços judiciários e o exercício legítimo do direito de ação e de defesa e cabe à AMB, na qualidade de representante e defensora da magistratura brasileira, atuar colaborativamente com as instituições do sistema de justiça, com foco especialmente preventivo, de modo a resguardar a atuação dos magistrados, a legitimidade do Judiciário e a proteger a legitimidade do exercício do acesso ao sistema de justiça.

Referências

ARENHART, Sérgio Cruz. *Relendo o princípio da demanda: a congruência sob o crivo da proporcionalidade processual*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil: 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em Números 2024*. Brasília: CNJ, 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Portaria n. 99*, de 10 de abril de 2025. Institui o Comitê de Apoio Técnico para a realização das pesquisas da 7ª Edição do Programa Justiça Pesquisa. Brasília: CNJ, 2025. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/6071>. Acesso em: 17 set. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Recomendação n. 159*, de 23 de outubro de 2024. Recomenda medidas para identificação, tratamento e prevenção

da litigância abusiva. Brasília: CNJ, 2024. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5822>. Acesso em: 21 mar. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Resolução n. 207*, de 15 de outubro de 2015. Institui Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário. Brasília: CNJ, 2015. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2189>. Acesso em: 17 set. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Resolução n. 349*, de 23 de outubro de 2020. Dispõe sobre a criação do Centro de Inteligência do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3547>. Acesso em: 17 mar. 2025.

FERRAZ, Taís Schilling. VIEIRA, Mônica Silveira. Assédio processual e Direito de Família: uma manifestação de litigância abusiva a desvendar. *Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões*, vol. 12, n. 67, jul.-ago. 2025, p. 124-144.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais. Nota Técnica nº 1/2022. Litigância predatória. Belo Horizonte: TJMG, 2022. Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/institucional/cijmg/#.YYVQzGDMKM8>. Acesso em: 03 maio 2025.

TENENBLAT, Fabio. Limitar o acesso ao Poder Judiciário para ampliar o acesso à Justiça. *Revista CEJ*, ano XV, n. 52, jan.-mar. 2011, p. 23-35.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. ANDRADE, Érico, FARIA, Juliana Cordeiro d. O fracionamento da demanda no direito brasileiro: análise comparada com o Direito Italiano. *Revista de Processo*, vol. 344, out. 2023. *Revista dos Tribunais Online – Edições Thomson Reuters*.

VIEIRA, Mônica Silveira. *Abuso do direito de ação e seu enfrentamento no contexto do TJMG*. Belo Horizonte: Escola Judicial Edésio Fernandes / Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais, 2021. Disponível em: < <https://bd-login.tjmg.jus.br/jspui/handle/tjmg/12430> >. Acesso em: 15 set. 2024.

VIEIRA, Mônica Silveira. Enfrentamento da Litigância Predatória e ODS 16: uma discussão necessária. In: Encontro de Administração da Justiça (ENAJUS), 2024, Natal/RN. Anais. Disponível em: < <https://enajus.org.br/anais/assets/papers/2024/sessao-13/enfrentamento-da-litigancia-predatoria-e-ods-16-uma-discussao-necessaria.pdf>. >